

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 14h e 30min, realizou-se a última reunião ordinária do Conselho Diretor do COMITESINOS, no ano de 1992, em sua sede na UNISINOS-S.L. A reunião foi presidida por Luiz Antônio Timm Grassi e secretariada por Viviane Nabinger Koch e Mara Glacenir Lemes de Medeiros, e contou com a participação dos conselheiros conforme ata de presenças, anexa. Ao dar início aos trabalhos, o Vice-Presidente registrou a ausência do Presidente Walmir, nas reuniões do C.Diretor, apesar das sucessivas confirmações prévias. Lembrou que a participação do Presidente deixava muito a desejar, dada a ausência do mesmo em encontros de extrema importância para o Comitê. Grassi fez a apresentação da pauta da reunião em curso, e passou a palavra a Secretária Executiva, que fez a leitura da ata nº 10/92, colocou-a em discussão e aprovação. O Vice-Presidente solicitou que fosse feita a complementação na ata, na linha 213, onde dizia: quando das tratativas de recuperação (saneamento ambiental, projeto da CORSAN), leia-se "quando das tratativas de recuperação do Arroio Pampa (saneamento ambiental, projeto da COR SAN)". Vera Lúcia De Có, representante da CORSAN, constatou que muitas de suas observações sobre a municipalização do Serviço de Abastecimento de NH haviam ficado excluídas da ata, e solicitou que fosse anexada à mesma, o documento elaborado pela CORSAN e SINDIAGUA. Feitas as considerações e retificações, a ata foi aprovada e assinada pelo Vice-Presidente. Sobre o 20 assunto da pauta, apresentação do andamento do Programa de Ação Guajuviras, a Secretária Executiva esclareceu que o GT havia inicialmente estabelecido 10 pontos de amostragem de água, no arroio Sapucaia e que na última reunião havia sido reduzido para 6 o nO de pontos, mais um, este último correspondendo ao ponto de lançamento da REFAP auto-monitorado; que campanhas programadas seriam realizadas no mês de janeiro, pela FEPAM; que o IBAMA estivera representado na última vistoria; que o COMITESINOS recebera da REFAP um documentário contendo imagens aéreas da área de drenagem .. em estudo; que houvera recentemente uma manifestação da intenção da Pref. Municipal de Canoas de participar do Grupo de Trabalho. Feitos os esclarecimentos, entrou em discussão o 30 assunto da pauta, que tratou sobre os recursos financeiros da UNISINOS e FEPAM para o COMITESINOS. A Secretária Executiva informou que frente a necessidade de garantir a manutenção da estrutura administrativa do Comitê, no período de novembro e dezembro/92, havia sido buscado o apoio da Universidade, através do Vice-Reitor, no sentido de sensibilizá-lo a fazer um adiantamento ao COMITESINOS, oferecendo, como garantia de pagamento, os recursos orçados nos convênios PADCT e SENESU (este último, recentemente assinado, e em fase de liberação, na ordem de 87 milhões e cem mil cruzeiros).

Viviane informou que os recursos orçamentários da PM de Sapucaia do Sul e da PM de São Leopoldo igualmente haviam sido apresentados como garantia de devolução ao adiantamento praticado de 25.700.000,00 (vinte e cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) bem como ao adiantamento futuro.

Informou que os recursos do SENESU, orçados para o pagamento da assessoria prestada pelos professores do Curso de Capacitação em Educação Ambiental, haviam sido utilizados, com a devida autorização e repasse de alguns destes professores, para a manutenção da Séc. Executiva, durante os meses de novembro e dezembro. Quanto ao recurso orçamentário do Estado, o Vice-Presidente informou que a direção do COMITESINOS estava trazendo ao Conselho, o histórico das tratativas realizadas para viabilizar o atendimento da Emenda ao Orçamento da FEPAM, aprovada pela Assembléia Legislativa, e pela qual era destinado ao COMITESINOS a importância de 48 milhões (orçados em dez? 91). Grassi, apresentou o histórico dizendo que, no ano de 91, havia sido feito um orçamento básico, como forma de manter a estrutura administrativa do Comitê. A partir disso, fora elaborado o TERMO DE ADESAO, cujo documento expressava claramente os propósitos de atuação do Comitê e de sua Secretaria Executiva, bem como buscava obter das 24 prefeituras que compunham a bacia do Sinos, uma contribuição financeira mínima. Grassi lembrou que a estratégia da direção visava um trabalho junto às prefeituras, mas que fora alterada segundo o entendimento do Presidente Walmir, que comprometera-se em buscar a adesão dos prefeitos baseado em suas relações amistosas. Como não houvera empenho por parte do Prefeito em conseguir tal adesão, apenas a Pref. de Sapucaia assinara o termo, e a seco executiva fora mantida através de contribuições voluntárias das prefeituras de Campo Bom, Canoas e Esteio. Em dezembro de 1991, como resultado de manifestações na imprensa a respeito dos poucos recursos que o Comitê dispunha e pelo reconhecimento dos trabalhos já desenvolvidos e em andamento, houveram: a sentação da emenda ao orçamento do Estado, de autoria de 2 tados da região do Vale do Sinos, que beneficiaria o COMITESINOS com recursos financeiros na ordem de 48 milhões. Segundo Grassi, a emenda fora aprovada por 53 dos 55 deputados estaduais; em seguida o veto do Governador do Estado levara o COMITESINOS a fazer nova mobilização junto aos Deputados visando a derrubada do 'veto, alcançada através da aprovação, por 52 deputados, e a emenda 398/91, que fora sancionada pela Assembléia Legislativa, representando assim, a evidente vontade política de apoio ao Comitê; nos meses de abril, maio de 92, a direção do COMITESINOS realizara vários contatos com o Diretor-Presidente da FEPAM, geól. Luciano Marques, conselheiro do COMITESINOS, com vistas a liberação do recurso. E a partir daí, começara então o problema, pois Luciano Marques alegara que o Governador havia vetado a emenda, e que o COMITESINOS não estaria apto a receber os recursos, por uma imperfeição no estatuto do mesmo. Propôs, assim, um convênio de Cooperação Técnica considerado pelo Conselho Diretor, reunido em reunião extraordinária do Comitê (em agosto/92), inviável de ser firmado já que o Comitê não dispunha de quadro técnico próprio, apenas uma reduzida estrutura administrativa. Diante da indiferença ao atendimento à emenda, o Comitê buscara a orientação da Procuradoria Geral do Estado que, com o acompanhamento e empenho da Dral Verena Nygaard, e técnicos da Seco da Fazenda do Estado, identificaram e preencheram um formulário que permitiria efetuar o repasse dos recursos, desde que este fosse aprovado pelo Diretor-Presidente da FEPAM. Grassi comentou que alguns conselheiros e a direção, com exceção do Presidente Walmir, haviam ido pessoalmente apresentar o formulário para o Diretor Presidente.

Viviane complementou o relato de Grassi dizendo que o alcance de tal instrumento permitiria a liberação do recurso, se houvesse existido vontade política e determinação do Diretor-Presidente. E expôs que no último encontro com Luciano, na presença dos diretores, administrativo e de finanças da FEPAM, e de alguns conselheiros do Comitê, o Diretor-Presidente comprometera-se a fazer nova análise jurídica sobre o instrumento (formulário) sugerido pela Dra. Verena, anunciando que faria o repasse de recursos, caso não houvesse qualquer impedimento legal. Porém, até a presente data, depois de mantido contatos com o diretor-administrativo da FEPAM, houvera a informação por parte deste, que ainda havia imperfeições no instrumento apresentado, e que a orientação neste caso, seria requisitar à Seco da Fazenda, recurso suplementar, já que não poderia vir do orçamento da FEPAM. Porém, que o prazo para esta solicitação havia expirado no último dia 20. Viviane informou que fizera novos contatos telefônicos com a Drl Verena, e que esta afirmara não haver qualquer incorreção no instrumento apresentado à FEPAM. Com todos estes fatos, Viviane caracterizou claramente a má vontade política do Diretor Presidente em liberar o recurso. O jornalista Adroaldo Diesel, representante da imprensa local, solicitou a palavra e questionou se a FEPAM, alegando não haver má vontade para a liberação do recurso, já havia providenciado alocação de novos recursos para 'O-COMITESINOS, no orçamento de 93, ainda a ser votado pela Assembléia Legislativa. Cánepa, representante da CIENTEC informou à Adroaldo que esse ato não poderia ser esperado por parte da FEPAM, considerando-se a política que vinha sendo adotada, por àquele órgão em relação ao trabalho dos Comitês, deixando, sem dúvida, mui to a desejar¹ mas que o Conselho de Recursos Hídricos solicitara a inclusão de recursos na ordem de '70 milhões de cruzeiros para os comitês Sinos e Gravataí, orçados através da Seco de Planejamento Territorial e Obras. Quanto a situação atual do orçamento FEPAM, Viviane informou que no mês em curso, muito próximo do exercício findo, fora apresentado pela FEPAM uma solicitação de Recursos Orçamentários - SRO à Seco da Fazenda, mas que não havia a certeza de que esta solicitação de fato havia ocorrido. O Vice-Presidente informou que a Comissão Técnica solicitara à Seco Executiva que levantasse dados sobre a participação da FEPAM nas reuniões do Conselho Diretor e Comissão Técnica e do Grupo de Monitoramento, para que não ocorresse um pré-julgamento sobre a má vontade política do Luciano com o COMITESINOS. A Sec. Executiva apresentou o levantamento de presenças registradas pelos conselheiros titular e suplente da FEPAM, nas reuniões do C.Diretor do COMITESINOS, a partir da posse de Luciano. A ausência constante nas reuniões foi comprovada pelas até de presenças constatado que das 19 reuniões realizadas a partir de 13 de junho de 1991, a FEPAM estivera representada em apenas 5 oportunidades, num índice de 20%. Na Comissão Técnica, a ausência registrada ainda fora maior, onde em apenas 4 das 24 reuniões realizadas, havia existido o comparecimento do representante da FEPAM, engº Inio Leite. No Grupo de Coordenação do Monitoramento foram registradas em ata apenas 46 reuniões; e a FEPAM estivera presente em apenas 21 oportunidades. A surpresa se deu quando buscou-se a presença do DMA/SSMA, desde o período de criação do Comitê, de 18 de outubro de 1987 até maio/1991, quando houveram 54 reuniões do Conselho Diretor e 44 presenças do órgão, quase sempre

representado pelo titular. As demandas apresentadas pelo Comitê e não atendidas pela FEPAM foram consideradas indicadores de desatenção e desinteresse pelo trabalho proposto de gerenciamento dos recursos hídricos. Foram novamente apontados a desatenção da FEPAM na reunião do Conselho Diretor realizada em NH, no mês de setembro/91, quando fora registrado o acidente no rio dos Sinos e o compromisso assumido posteriormente por Luciano de apresentar ao Comitê relatório sobre a natureza do acidente, origem, e medidas tomadas por aquele órgão de fiscalização. O documento nunca chegara a ser apresentado ao Comitê. Eugênio Cánepa solicitou a palavra e expressou que segundo informações conjecturais, as relações entre FEPAM (até mesmo enquanto Departamento do Meio Ambiente - DMA) e o COMITESINOS, desde a gestão anterior haviam sido estremecidas, porém, muito distintas de gestão para gestão. Cánepa lembrou que quando o Diretor-Técnico, Arq. Ricardo Dobrovolski, representava o DMA, este, mantivera presença constante nas reuniões do Conselho Diretor, e deixava claro em suas manifestações, a preocupação e um pouco da contrariedade do Departamento, ao ver nos trabalhos dos Comitês Sinos e Gravataí, uma ação concorrente. E a partir da posse do Luciano, esta visão fora incorporada por, além do próprio Diretor-Presidente, pelo Corpo Técnico, porém, nenhuma das partes vinha ao Comitê expor a contrariedade e discuti-la. Cánepa disse que a FEPAM não dava ao Comitê a chance de exposição quanto ao tipo de trabalho que desejava desenvolver, e que este serviria para fortalecer o órgão ambiental, e não de promover o esvaziamento do mesmo, como temia o Diretor-Presidente da FEPAM. Cánepa julgou que a visão errônea da direção da FEPAM vinha mantendo o órgão isolado das demais instituições da esfera estadual, municipal e privada e também dos Comitês. Finalizando, Cánepa disse que o Comitê caíra numa armadilha, quando a emenda orçamentária fora inserida no orçamento da FEPAM. O Vice-Presidente aproveitou a oportunidade da presença da imprensa local e comentou que se já havíamos perdido os 48 milhões, que esse fato fosse creditado à direção da FEPAM. Flávio Lucchese, representante do CODEMA/FIERGS, anunciou que levaria para a sua entidade a preocupação com a conduta da FEPAM, e observou que os empresários apostavam na viabilidade e utilidade do COMITESINOS, não podendo a FEPAM impedir a continuidade dos trabalhos, num momento em que o CODEMA, enviara o Sr. Francisco Stftrmer, como representante titular, substituindo Cláudio Storck para acompanhar com maior dedicação, o trabalho do Comitê. Lucchese disse esperar que os órgãos públicos fossem parceiros nas atividades do Comitê. O representante substituto do Sr. Hugo Springer, da Escola de Curtimento de E.Velha - SENAI, solicitou a palavra, expressando que o Comitê deveria ter preocupação, na tomada de decisão do não repasse de verba pela FEPAM ao COMITESINOS, alegando que o órgão vinha tendo uma série de dificuldades, tanto de recursos financeiros como de recursos humanos, não conseguindo atuar com plenitude no cumprimento de suas atribuições e, considerando a natureza do colegiado do Comitê, não poderia criar-se um impasse entre FEPAM e Conselho, e sim, buscar-se mais uma vez um novo contato com o Diretor-Presidente da FEPAM. A Secretária Executiva informou ao Sr. Luiz Carlos Tubino da Silva que a direção do Comitê bem como o seu Conselho Diretor já haviam esgotado todas as tentativas de aproximação com o Diretor-Presidente daquela Fundação, sem que os resultados de

colaboração fossem alcançados. Que o CO MITESINOS, no seu papel de agente de articulação entre as suas instituições membros, sequer conseguira respostas às demandas apresentadas, especialmente àqueles que reforçariam o órgão ambiental como agente de fiscalização. O Vice-Presidente afirmou que no momento, era importante levantar publicamente que a FEPAM, estaria contrariando aqueles que estavam tentando fortalecê-la. Vanderlan Vasconcelos, representante da Câmara Municipal de Esteio sugeriu que fosse feito um documento público relatando a má vontade política do Luciano em repassar os 48 milhões ao Comitê e ainda sugeriu que o documento fosse assinado pelos conselheiros. O eng. Arno Kayser, afirmou que a questão da FEPAM deveria, de alguma forma, ser informada à comunidade, relatando a posição do Diretor-Presidente isentando qualquer responsabilidade do corpo técnico da FEPAM, e sugeriu que fosse feito um documento de indignação frente a atitude de Luciano, com a assinatura coletiva dos representantes do Conselho Diretor, e que isto fosse feito muito rapidamente. Cánepa julgou que a manifestação coletiva deveria ter sido feita no início do processo, e que os representantes das instituições não tinham força legal para assinar o documento, ou seja, não representavam a direção das instituições. Lucchese informou que o setor industrial reconhecia que a atuação da FEPAM deixava muito a desejar e que não era mais aceita a justificativa, pela ineficiência daquela Fundação, a alegação de falta de recursos financeiros e reorganização do órgão. Arno Layser observou que a Sec. Executiva somente estaria sobrevivendo por uma ação casual e de boa vontade de alguns dos professores que haviam participado do Curso de Capacitação em Educação Ambiental, que haviam repassados seus honorários ao Comitê. Arno igualmente lamentou a perda de tempo e capacidade de trabalho desperdiçados no processo de liberação da verba, e julgou oportuno informar à comunidade do Vale e, em especial aos Prefeitos Municipais sobre a improcedência dos argumentos apresentados por Luciano, para o não atendimento à Lei Orçamentária. O Sr. Francisco Sttlrmer, representante do CODEMA/FIERGS, presente pela primeira vez nas reuniões do Conselho Diretor, apoiou a sugestão de que o documento manifestando indignação pela atitude da direção da FEPAM retratasse a verdade dos fatos e que fosse um documento público. O Vice-Presidente, encaminhando as proposições, apresentou 3 alternativas a serem votadas pelo Conselho Diretor: a 1ª proposta - seria enviar correspondência ao Diretor-Presidente da FEPAM, historiando a situação e manifestando a indignação do C.Diretor pela não liberação dos 48 milhões, a 2ª proposta seria encaminhar carta aberta ao Diretor-Presidente da FEPAM expondo os mesmos objetivos da 1ª proposta, porém tal correspondência deveria ser encaminhada igualmente aos prefeitos da bacia, presidente das Câmaras Municipais, Direções das Instituições Membros do Comitê, aos Conselheiros, aos Secretários Estaduais de Planejamento Territorial e Obras; de Saúde e Meio Ambiente, Imprensa, e ainda para a Procuradoria da Justiça e do Estado. A 3ª proposta seria não tomar nenhuma iniciativa de publicação ou indignação da questão. O Vice-Presidente, dando encaminhamento à votação e aprovação de uma das três propostas, confirmou o quorum, com 11 conselheiros aptos ao voto. Procedida a votação, 10 dos 11 conselheiros, representantes da CORSAN, METROPLAN, UNISINOS, CIENTEC, CODEMA/FIERGS (2) MOVIMENTO ROESSLER, CLUBES DE SERVIÇOS, ULBRA e PREF.

CAMPO BOM aprovaram a 2ª proposta, apenas o representante do SENAI votou pela 3ª proposta. O Vice-Presidente concluiu o assunto sobre a emenda orçamentária, dizendo que a proposta nº 2 fora aprovada pela maioria dos conselheiros, e solicitou que a Secretaria Executiva elaborasse uma minuta de correspondência dirigida ao Diretor-Presidente da FEPAM, a ser aprovada pela C.Técnica, no próximo dia 17. Dado o adiantado da hora o Vice-Presidente lamentou que o 60 assunto da pauta não pudesse ser aprofundado na reunião em curso, como havia sido previsto e sugeriu que fosse, pelo menos apresentada uma idéia sobre o tema Modelo de Gestão de Saneamento, antes da exposição do 50 assunto. A sugestão do Saneamento básico, como um serviço essencial de Saúde Pública, era reconhecido nacionalmente como um dos maiores problemas do país. Disse que o tema recursos hídricos vinha sendo discutido, mas que era necessário fazer-se a distinção entre a questão de recursos hídricos - sua disponibilidade e uso inadequado, com a questão do saneamento básico. A preocupação de Grassi fora intensificada pela política de saneamento de água e esgoto, no âmbito federal, estar sendo relegada ao último plano e ser plenamente alardeada pela imprensa a privatização dos serviços de abastecimento. Exemplificara esta constatação com os exemplos recentes de municipalizações praticada por muito dos municípios Estado RS, apesar do alerta sobre a volta de doenças antigas como a cólera. O Engo Grassi, ao finalizar, disse que sua preocupação, como técnico da CORSAN, e dos demais funcionários da Companhia, dizia respeito a uma crítica construtiva para a reformulação do serviço e sugeriu que o tema Saneamento Básico fosse tratado em reunião específica, do Conselho, assim como havia sido tratado o trabalho Guajuviras. O 5º assunto foi apresentado pela Secretária Executiva que informou ao C.D. que a comissão técnica, reunida no último dia 03, havia aprovado a inserção de algumas considerações sobre o trabalho de monitoramento, na proposta de integração da Rede Sinos apresentada ao Pró-Guaíba. Disse que a idéia tivera como objetivo demonstrar o monitoramento do Sinos como um trabalho em execução, com resultados práticos e não uma iniciativa ainda a ser implementada. Comunicou que o documento oficial estava prestes a se apresentado oficialmente ao Secretário-Executivo do Pr'0-Guaíba. O 7º assunto, discussão sobre o processo de eleição da nova direção do COMITESINOS, gestão 93/94, foi apresentado pelo Vice-Presidente que anunciou que a gestão 91/92, presidida pelo Prof. Walmir Martins estaria terminando oficialmente no final do ano de 92, quando Walmir deixaria o cargo de prefeito. Entendia que por ser um período de mudanças administrativas das Prefeituras da bacia do Sinos, requeria uma decisão do Conselho quanto a indicação de nomes e a agenda para a data de eleição da Presidência e Secretário Executivo. Foi lembrado que o presidente do Comitê deveria ser conselheiro, e que quanto a indicação de nomes de prefeitos, no momento, não seria oportuno porque a Associação dos Municípios do Vale do Sinos- AMVS, deveria fazer em 93 a indicação de três prefeitos representantes para compor o Conselho Diretor, e que não poderia ser técnico de uma instituição, que não possuísse representatividade legal da direção. Arno Kayser observou que o atual presidente deixara de exercer sua função desde o momento em que estivera ausente na 3ª reunião das 4 últimas reuniões do C.D., e também por não participar de atividades importantes para as quais havia sido chamado. Arno ainda

questionou se haveria a indicação de nomes para a composição de chapas. Viviane informou à Arno que isso poderia ser feito desde que houvesse interesse dos conselheiros, e aproveitou para expor que em reunião da Comissão Técnica haviam sido cogitados nomes dos prefeitos de São Leopoldo, Waldir Schimidt pelo apoio demonstrado ao trabalho do Comitê, e do Estado, por este ser da mesma legenda partidária do Governo do Estado, igualmente havia sido sugerido um representante da Universidade, possivelmente o Prof. Cláudio Marques, mas que nenhum contato havia sido feito no sentido de convidá-los para saber do interesse pela presidência. O Vice-Presidente convocou os conselheiros para se fizessem presentes na reunião de janeiro de 93, trazendo sugestões ou indicações de nomes para a presidência. Dentro dos assuntos gerais os representantes do CODEMA/FIERGS, Flávio Lucchese e Francisco Stürmer, relataram sobre o impasse que vinha ocorrendo entre o setor industrial da região e FEPAM, referente à disposição final e o reaproveitamento de resíduos industriais produzidos não só em NH, mas em todo o Vale. Stürmer argumentou que a grande parte do problema se devia à confusa legislação estadual que não definia normas de licenciamento para o reaproveitamento de resíduos industriais, como, por exemplo, do farelo (resíduos das rebaixadeiras de calçados) que não possuía área apropriada para seu armazenamento. Cánepa considerou o assunto de extrema importância e lamentou a desativação da Comissão de Resíduos Sólidos provocada pela falta de disponibilidade dos técnicos. Afirmou a necessidade de rever essa questão já que os problemas desta natureza são próprios da região. Lucchese solicitou o apoio do Comitê no sentido de buscar-se, a curto prazo, a revisão da Legislação imposta pelo órgão ambiental (portaria 2/84-DMA/SSMA) que não permite o estudo de alternativas que visassem uma solução. Cánepa sugeriu que este tema fosse levado para discussão do CODEMA/FIERGS, e posteriormente, reconduzido ao Comitê, através da comissão Técnica. Assim decidido, outro assunto foi apresentado por Vera Lúcia de C6, membro do Grupo de Coordenação do Monitoramento que leu o documentário sobre o IQA do mês de agosto de 1992, do Rio dos Sinos, cujo conteúdo do mesmo será anexado a presente ata. Foram convocados os conselheiros membros da Comissão Técnica para a reunião agendada para o dia 7 de janeiro/1993, e o Vice-Presidente encerrou os trabalhos. E não havendo nada a constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Vice-Presidente e por mim, depois de lida e aprovada.